

**REGISTROS FOTOGRÁFICOS EM MANUAIS DO MOVIMENTO
BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL): EDUCAÇÃO DE ADULTOS
NA DITADURA CIVIL-MILITAR**

**PHOTOGRAPHIC RECORDS IN MANUALS OF THE BRAZILIAN
LITERACY MOVEMENT (MOBRAL): ADULT EDUCATION IN THE CIVIL-
MILITARY DICTATORSHIP**

Francisco Mateus Alexandre de Lima¹

Cláudia Karina Soares de Macêdo²

Francisco das Chagas Silva Souza³

Resumo: Neste artigo, discute-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, durante a Ditadura Civil-Militar, com o objetivo de erradicar as altas taxas de analfabetismo no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de abordagem qualitativa. Foram utilizadas, como fontes, 6 fotografias presentes em dois manuais didáticos do MOBRAL. Constatou-se que as fotografias, além de ilustrar aqueles livros, difundiam os interesses e o modelo de educação proposto pela ditadura, que via, na educação de adolescentes e adultos, um meio para atingir o desenvolvimento econômico do Brasil. O estudo evidenciou a relevância da fotografia como documento histórico, visto que esta possibilita a construção de sentidos e significados, sendo necessário, ao pesquisador, interpretá-la, considerando a articulação entre fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, superando, desse modo, uma compreensão fragmentada desses registros.

Palavras-chave: Fotografia; MOBRAL; Ditadura Civil-Militar; Educação de Adultos; História da Educação.

Abstract: This article discusses the Brazilian Literacy Movement (MOBRAL), created in 1967, during the Civil-Military Dictatorship, with the aim of eradicating the high rates of illiteracy in Brazil. This is a bibliographic and documental research with a qualitative approach. We used, as sources, 6 photographs presents in two textbooks of MOBRAL. It was found that the photographs, besides illustrating those books, disseminated the interests and the model of education proposed by the dictatorship, which saw in the education of adolescents and adults a means to achieve the economic development of Brazil. The study has shown the relevance of photography as a historical document, since it allows the construction of senses and meanings, and it is necessary for the researcher to interpret it, considering the articulation between social, political, economic and cultural factors, thus overcoming a fragmented understanding of these records.

Keywords: Photography; MOBRAL; Civil-Military Dictatorship; Adult Education; History of Education.

1 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino – POSENSINO (UERN/IFRN/UFERSA). Professor das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (SME), Mossoró, RN, Brasil. E-mail: lima.alexandre@academico.ifrn.edu.br

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino – POSENSINO (UERN/IFRN/UFERSA). Mossoró, RN, Brasil. E-mail: macedo.karina@academico.ifrn.edu.br

3 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Mossoró, RN, Brasil. E-mail: chagas.souza@ifrn.edu.br

1 Introdução

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi uma política educacional criada pela Ditadura Civil-Militar no Brasil, em 1967, e que vigorou até 1985. Teve como objetivo principal erradicar os altos índices de analfabetismo presente entre crianças, adolescentes, mas, principalmente, entre jovens e adultos nesse período.

Constituído como uma fundação educacional com sede na cidade do Rio de Janeiro, esse Movimento desenvolveu diversos programas educacionais direcionados para a educação de jovens e adultos não escolarizados ou que não tiveram sua formação no tempo adequado às suas faixas etárias. Para a tessitura deste artigo, consideramos o Programa de Alfabetização Funcional, o PAF, que se responsabilizava pelo ensino nas salas de aula com professores denominados monitores.

Neste artigo, temos como objetivo compreender o papel do MOBRAL e suas ações no cenário da história da educação brasileira a partir de registros fotográficos presentes em dois manuais usados por esse Movimento e disponíveis na internet. A opção pelas fotografias dá-se pelo fato de esse documento visual ser “a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. Segunda vida perene e imóvel preservando a imagem-miniatura de seu referente: reflexos de existência/ocorrências conservados congelados pelo registro fotográfico” (KOSSOY, 2020, p. 32).

Nesse sentido, a fotografia carrega significados que necessitam de problematização e interpretação, esta, segundo Minayo (2012, p. 623). “um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende”. No entanto, a autora destaca, adiante, que a interpretação “nunca será a última palavra sobre o objeto estudado, pois o sentido de uma mensagem ou de uma realidade está sempre aberto em várias direções” (2012, p. 625).

As imagens fotográficas são polissêmicas, “visto que oferecem diferentes possibilidades de leitura e interpretação e, em pesquisa qualitativa, seu uso deve romper com a ideia de mera ilustração, mas compreendê-la como fonte possível para extrair informações à investigação” (RIOS; PIATTI, 2020, p. 283). É a partir dessa compreensão que analisamos algumas fotografias presentes no Portal Fóruns de EJA que reúne um acervo de materiais didáticos, dissertações, livros, revistas, dentre outros no formato digitalizado, todos voltados para o MOBRAL e seus respectivos programas formativos.

Para a realização desse estudo, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o MOBRAL. Assim, a pesquisa se baseou em discussões realizadas por autores que realizaram pesquisas sobre o MOBRAL, como Jannuzzi (1979); Oliveira e Souza (2013) e Moraes, Santos e Chaves (2022), dentre outros. Como documentos, foram usados a legislação que criou esse Movimento e as fotografias presentes nos manuais do aluno e do professor. Para isso, recorreremos a autores como, Kossoy (2007), Mauad (1996) e Ciavatta (2012), os quais nos ajudam a compreender a fotografia como documento histórico e seu universo de significados.

A despeito de seu uso, as fotografias precisam ser lidas com um conhecimento histórico do tempo e do lugar em que foram produzidas. Esses registros podem ser casuais ou intencionais (RIOS; PIATTI, 2020). Nesse sentido, esse estudo se caracteriza por uma abordagem qualitativa, visto que, como observa Minayo (2009, p. 14): “A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela”. Para a pesquisadora,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2009, p. 21).

Este artigo encontra-se dividido em duas seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na segunda seção, é feito um breve panorama histórico do MOBRAL com o objetivo de situar o leitor historicamente nesse Movimento que, no discurso do governo militar, tinha objetivos muito nobres. Em seguida, é feita uma discussão acerca do objeto fotográfico, não o vendo apenas como uma ilustração ou um registro do real, mas como uma fonte que precisa ser interpretada pelo pesquisador. Nessa seção, são apresentadas e analisadas algumas fotografias presentes nos livros do MOBRAL.

2 Panorama histórico do MOBRAL

O MOBRAL foi uma política pública criada a partir da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967), portanto, no período da Ditadura Civil-Militar que provinha sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Por ter sido criado no final do governo de Castelo Branco (1965-1967), os

aspectos legais e as diretrizes operacionais prescritas em lei sobre o MOBRAL foram implantados somente a partir de 1970 no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969- 1974).

A Lei nº 5.379/1967 era composta de 14 artigos que determinam a criação de uma instituição com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, apresentando seu patrimônio constituído de proventos da união e de entidades do direito público e privado, sendo elas nacionais ou internacionais. O Parágrafo único do Artigo 1º expressava acerca das faixas etárias do público atendido pelo MOBRAL:

Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após êsses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária (BRASIL, 1967).

Como instituição física, com sede própria, mas também visto como movimento educacional inscrito na história da educação brasileira, o MOBRAL se situa como mais uma das iniciativas de alfabetização que se sucederam a outras na década de 1960 com fins de erradicação do analfabetismo, dentre as quais encontramos o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Cruzada ABC.

O Movimento de Cultura Popular foi idealizado pelo educador Paulo Freire por meio da criação dos Centros de Cultura e Círculos de Cultura que promoviam ações e métodos educativos para a alfabetização de jovens e adultos. Seu método inaugurado modificou a estrutura dos cursos para adultos de modo a permitir a criação de uma nova maneira de ver o adulto analfabeto. Não se tratava de técnicas neutras de alfabetização, mas de formação crítica do indivíduo, afastando-o de concepções enraizadas e preconceituosas nas quais o analfabeto aparecia como um ser incapaz (SANTOS, 2014).

O MPC foi responsável por conferir um caráter significativo ao processo educativo, a partir do olhar para as dinâmicas regionais em que se situavam os sujeitos, colocando em evidência a cultura popular como forma própria de vida e expressão do povo (FÁVERO, 2004).

O MEB foi um projeto idealizado pela Igreja Católica com o propósito de atuar frente à população rural na promoção humana mediante a educação popular, sem objetivos ligados à catequização. A alfabetização, direcionada ao público adulto, ocorria por meio da rede de emissoras católicas, funcionando como escolas radiofônicas na

transmissão dos conteúdos de alfabetização, alcançando milhões de pessoas que acompanhavam as aulas no início da noite.

Com o golpe de 1964, o MEB foi o único movimento que se manteve, em função da sua articulação com a igreja. No entanto, o novo regime percebeu que era necessária uma reformulação de suas práticas, de modo que viesse a contemplar ações não só direcionadas, mas articuladas em conjunto com a população (FÁVERO, 2004).

Com relação ao CPC, este foi uma iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), com jovens, intelectuais e artistas no estado do Rio de Janeiro, com a realização de ações de alfabetização para adultos, peças teatrais, música, literatura de cunho político social para as classes mais desfavorecidas da sociedade.

De acordo com Fávero (2004), o CPC sofreu sérias críticas dado o caráter radical de sua proposta, a qual conferiu notoriedade ao uso da linguagem, ritmo e linhas de expressões populares como mecanismos de formação de viés político, ao invés da ênfase na valorização da cultura popular. Nesse aspecto, as ações desse movimento apresentaram uma perspectiva adversa às idéias defendidas pelo MEB e Paulo Freire no que confere a concepção dos termos *cultura* e *cultura popular*.

A Cruzada ABC foi uma experiência realizada por professores do colégio evangélico Agnes Erskine, em Pernambuco, que se voltava para o desenvolvimento da alfabetização e no ensino profissional, por compreender que o homem analfabeto não contribuía para os processos socioeconômicos do país. Com ideias antiesquerdistas e antiprogressistas, o programa desenvolvido pela Cruzada do ABC se destacou pelo alto investimento em alfabetização, projetando-se como aporte pedagógico do Estado militar. Dessa forma, contestava os programas pensados e desenvolvidos para adultos, mais intensificamente as práticas efetivadas por Paulo Freire, numa tentativa de inviabilizar o cunho político e pedagógico destes, já que o intuito era preparar/formar cidadãos eleitores. Embora tenha existido a intenção de sua propagação em âmbito nacional, não obteve tal feito. Não obstante, firmou-se como uma das forças principiantes no que corresponde à formação do Mobral (SCOCUGLIA, 2003).

O MPC e o CPC foram extintos por não se coadunarem com os ideais do Regime Militar. Segundo Santos (2014, p. 307):

[...] a censura e repressão política silenciaram aqueles projetos que poderiam exercer qualquer ação conscientizadora a respeito da realidade brasileira. Esses programas de massa poderiam contribuir para alterar o cenário eleitoral, no que se entende por modificar ou orientar novos eleitores, colocando em risco os novos propósitos do regime militar.

Com o MOBRAL, o objetivo principal foi o de erradicar o analfabetismo entre a população adolescente e adulta. Segundo o documento, *Soletre MOBRAL e leia Brasil: Cinco anos de lutas pela alfabetização* (1975), o último censo realizado, quando da criação do MOBRAL, em 1967, mostrava o Brasil com quase 40% de analfabetos. Em relação a 1970, data também de um outro censo, o analfabetismo atingia com maior ou menor incidência as mulheres e os homens, em diversas regiões do país, nas zonas rurais e urbanas. Apesar de ter havido uma pequena queda com relação ao censo de 1960, ainda 33,6% da população era analfabeta, como podemos ver na Tabela 1.

Tabela 1: Dados estatísticos do analfabetismo no Brasil no período de 1900-1970

ANOS	(A) POPULAÇÃO TOTAL	(B) POPULAÇÃO DE 15 ANOS e +	(C) ANALFABETOS DE 15 ANOS e +	(D) ÍNDICE DE ANALFAB. (C/B)
1900	17.438.434	9.752.111	6.371.660	65,3%
1920	30.635.605	17.557.282	11.401.715	64,9%
1940	41.326.315	23.709.769	13.269.381	56,0%
1950	51.944.397	30.249.423	15.272.632	50,5%
1960	70.119.071	40.187.590	15.865.792	39,4%
1970	93.139.037	54.008.604	18.146.977	33,6%

Fonte: Adaptado de: Documento “Soletre MOBRAL e leia Brasil” (1975, p. 13)

O MOBRAL mantinha, como ação prioritária, a alfabetização funcional de adolescentes e adultos e buscava capacitar o sujeito para o domínio da escrita, leitura e contagem. Nos termos da instituição, a funcionalidade desta alfabetização dizia respeito à formação de mão de obra apta para se adaptar às exigências da modernização econômica; no entanto, para outros, a funcionalidade deveria ser entendida como adequação das iniciativas de alfabetização aos interesses da classe pobre (RIBEIRO, 1997).

Segundo Jannuzzi (1979), a partir de análises realizadas em materiais didáticos, o analfabeto era considerado como pessoa de nível socioeconômico baixo, mas que era dotado de bagagem cultural ampla e diversificada. Salientavam-se algumas características desses sujeitos, a saber: timidez, fatalismo, falta de confiança e imediatismo que deviam ser respeitadas e cuidadas pelo alfabetizador. A funcionalidade, neste sentido, significava partir da realidade individual do alfabetizando, isto é, das experiências que traziam para a escola, permitindo acelerar o processo educativo. A partir da análise dessa autora, é possível considerar que este princípio metodológico do movimento não dotava os sujeitos de capacidade crítica ou de possibilidades de questionamentos sobre o contexto social, mas de “relação entre o bem-estar dos grupos à medida em que participem na produção e

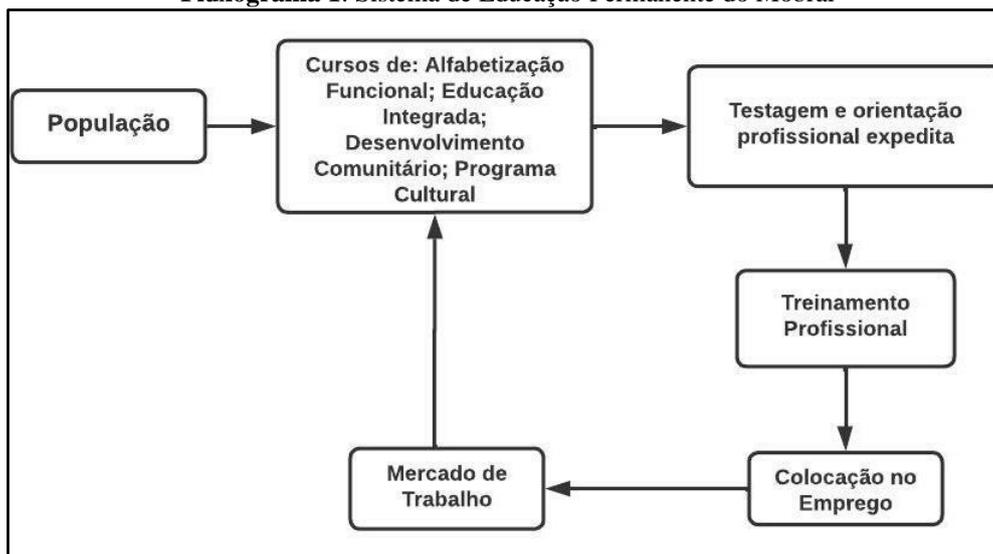
consumo ou então como meio de verificar se há aplicação do que vem aprendendo em sala de aula” (JANNUZZI, 1979, p. 51).

No propósito de combater o analfabetismo, o MOBRAL, de maneira descentralizada, assinava convênios com os estados e prefeituras e transferia os recursos de implantação do projeto. Consoante Santos (2014), o MOBRAL atuava nacionalmente ao fixar e fiscalizar os convênios, fornecer material didático, expor orientações técnicas, repassar as verbas para os municípios e avaliar os resultados obtidos. Em relação aos estados, cada um tinha sua Comissão Estadual (COEST) com funções de planejar, coordenar e controlar as atividades. Nos municípios, as Comissões Municipais (COMUN) mantinham as ações como agentes executivos dos programas no tocante à mobilização dos analfabetos, alfabetizadores, monitores, providenciando os locais para a sala de aula e instalando pontos de alfabetização.

Para Araújo e Stamatto (2018, p. 4), o MOBRAL, “trabalhava mediante convênios diretamente com os municípios e não com os estados. Havia uma coordenação estadual responsável por organizar e informar ao MEC a situação dos municípios oferecendo também suporte a estes”.

Segundo Oliveira e Souza (2013), os materiais didáticos produzidos para o MOBRAL utilizados nos “postos de alfabetização” eram distribuídos gratuitamente. Tratava-se de um material diversificado em termos de imagens, voltados sobretudo para as disciplinas consideradas básicas (Português e Matemática).

Durante sua existência, a instituição desenvolveu diversos programas voltados para a intervenção na sociedade brasileira a partir da constituição do sistema de educação permanente dos estudantes do MOBRAL, os chamados *mobralenses*. Tal sistema integrava o conjunto de programas desenvolvidos por esse Movimento, apresentados no Fluxograma 1.

Fluxograma 1: Sistema de Educação Permanente do Mobral

Fonte: Adaptado do Livro Educação de Massa e Ação Comunitária. Ramos e Fonseca (1979)

A educação geral estava integrada, segundo Ramos e Fonseca (1979, p. 77) ao

subsistema de treinamento para o trabalho, vinculados entre si por um mecanismo de aconselhamento ocupacional capaz de propiciar a preparação para o trabalho, a volta aos sistemas de educação e treinamento, assim como a promoção educacional e ocupacional do indivíduo.

Ramos e Fonseca (1979) explicam ainda que a formação geral do homem se concentrava nos Programas de Alfabetização Funcional, de Educação Integrada, de Desenvolvimento Comunitário e de Programa Cultural. No tocante à formação profissional, estava orientada dentro de três linhas específicas, que são: testagem e orientação profissional, treinamento profissional e a colocação no mercado de trabalho a partir do atendimento de suas exigências.

Durante sua vigência, os programas formativos desenvolvidos pelo MOBREAL repercutiram na ação educativa em todo território brasileiro mediante seus postos de ensino para tal finalidade. Os programas citados anteriormente compunham um amplo conjunto de ações, das quais outros fizeram parte de forma a complementar o projeto de alfabetização a partir do sistema de educação permanente, como por exemplo: o Programa de Autodidatismo, o Programa 9 a 14 Anos Fora da Escola, o Programa Educação Comunitária para Saúde, o Programa Pré-Escolar e o Programa Tecnologia da Escassez.

Sobre as características e finalidades desses programas, alguns autores e documentos do MOBREAL descrevem sobre eles:

Sobre o Programa de Autodidatismo, Koff *et al.*, (1979, p.367-368) relata que este via “o aluno adulto como agente de sua própria educação na perspectiva de garantir a

educação permanente, [...] era um programa baseado na autodidaxia, no ritmo de aprendizagem e no interesse de cada aluno”.

O Programa 9 a 14 Anos Fora da Escola, teve como objetivo “apoiar o sistema no atendimento de crianças e adolescentes de 9 a 14 anos que se encontram fora da escola, por meio de modalidades de ensino apropriadas às suas características sócio-econômico-culturais” (BRASIL,1984, p. 2).

Quanto ao Programa Educação Comunitária para Saúde, Backheuser *et al.* (1979, p. 314) afirmam que o objetivo geral foi de “propiciar a melhoria das condições de saúde das populações residentes na área de atuação do Programa, principalmente as mais carenciadas, através de trabalho de natureza educacional”.

O Programa Pré-Escolar buscou apresentar às comunidades uma oferta educativa às crianças de 4 a 6 anos provenientes de população de baixa renda sobre os problemas e necessidades da criança quanto à saúde, higiene, alimentação, lazer etc (MOBRAL, 1980).

Por último, o Programa Tecnologia da Escassez “objetiva promover o registro, a difusão, a transmissão e o reconhecimento social das técnicas populares, especificamente as criadas pela cultura rural” (CORRÊA, 2021, p. 112).

No tocante ao Mobral, há uma vasta produção acadêmica que possibilita a construção histórica sobre esse movimento educacional do Brasil. Diante dessa questão, limitamo-nos, nesse artigo, a analisar as imagens que estão disponíveis em algumas obras do Programa de Alfabetização Funcional, o PAF, disponíveis no Portal Fóruns de EJA. Essas fotografias compõem um dos elementos presentes nessas obras, seguem acompanhando os textos didáticos elaborados para as práticas de alfabetização de adolescentes e adultos e são vistas aqui como fontes para a história da educação no Brasil.

3 Imagens fotográficas nos livros do MOBRAL

Para Xavier *et al* (2021, p. 2) “a fotografia é de extrema importância para resgatar e construir memórias. Desse modo, o registro das imagens tornou-se mais fácil com o avanço da tecnologia do que anteriormente”. Portanto, refletir sobre a fotografia atualmente, quando esta deixou de ser um elemento “raro” e passou a ser recurso recorrente no cotidiano das pessoas, demanda um compromisso com a superação de um olhar instantâneo, ausente de criticidade, compreendendo-a como documento histórico que demanda um estudo aprofundado acerca do papel que desempenha enquanto

instrumento de pesquisa, análise e interpretação da realidade, possibilitando-nos a construção de múltiplos sentidos e significados.

Kossoy (2007) convida-nos a refletir sobre os elementos que o fizeram pesquisar sobre a referida temática no início da década de 1970. O autor apresenta duas questões que podem ser denominadas de “eixos mobilizadores”. A primeira se refere à escassez de produções que retratassem o contexto da fotografia em âmbito nacional, exceto alguns artigos que teve acesso à época; a segunda questão envolvia uma perspectiva teórica que visava compreender a natureza da fotografia, ou seja: “seu papel enquanto documento histórico, e, também como forma de expressão artística” (KOSSOY, 2007, p.26).

O pesquisador em tela propõe que, para compreender a fotografia, seus pressupostos e características, faz-se necessário analisá-la para além de uma perspectiva estética, demarcando uma ótica de atravessamento, direcionamento possível a partir de uma postura investigativa e questionadora diante dos aspectos que se revelam. Esse exercício de análise se ampara no entendimento da fotografia como fonte de conhecimento, superando, desse modo, a representação de uma realidade aparente e imóvel, para evidenciar o exercício reflexivo sobre os elementos que a constituem.

Assim, a análise da fotografia pressupõe a investigação concentrada em um eixo organizador que está situado dentro de uma esfera global, a exemplo do que defende Morin (2000, p. 37): “O global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional. Dessa maneira, uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizador de que fazemos parte”.

Se considerarmos esse ponto defendido por Morin (2000) para delinear o estudo dos registros fotográficos, podemos inferir que a busca por entendimento pressupõe submetê-los a um processo de conjugação entre o todo e as partes, uma vez que as fotografias se apresentam como uma cena construída que, para ser compreendida, é preciso esmiuçar os elementos que a compõem e nos aproximarmos dos critérios ou razões estabelecidas para a sua elaboração.

Quando nos referimos ao estudo do todo, pensamos o contexto articulado com as relações, os processos ideológicos, dentre outros fatores que acabam influenciando os significados que são construídos a partir da estrutura visual que nos é apresentada. Para Ciavatta (2012, p. 37), “A busca da compreensão pela totalidade implícita, mas oculta, na fotografia supõe o esforço de articular as partes em um todo com seus significados, entendê-la como mediação”.

Dito isto, podemos inferir que a primeira análise demarca aquilo que está aparente, de modo que o trabalho do pesquisador é, com base nos indícios percebidos, traçar um direcionamento que permita enxergar o imperceptível, o que está nas entrelinhas. Portanto, a fotografia apresenta-nos a uma “verdade” dentre tantas possíveis de serem construídas. Talvez os elementos que estão explícitos em uma determinada imagem não sejam os aspectos que evidenciam a realidade do momento. Por isso, a importância de um estudo que verse sobre múltiplas vertentes de informações e que estas possam dialogar sobre a “realidade” retratada.

A fotografia, neste caso, pode ser vista por meio de inúmeras dimensões; muitas vezes ela não é o que parece ser ou parece ser o que não é. Está imersa em questionamentos que nos fazem refletir sobre a história e/ou o cenário da sua produção. Essa ambiguidade lhe é própria, justamente porque depende do olhar que é lançado sobre esse tipo de registro.

Buscando refletir sobre a fotografia como fonte histórica, recorreremos a Mauad (1996) que direciona seu estudo no intuito de desvendar o lugar que a imagem fotográfica ocupa na história. Para tanto, disserta:

Os textos visuais, inclusive a fotografia, são resultado de um jogo de expressão e conteúdo que envolvem, necessariamente, três componentes: o autor, o texto propriamente dito e um leitor. Cada um destes três elementos integra o resultado final, à medida que todo o produto cultural envolve um *lôcus* de produção e um produtor, que manipula técnicas e detém saberes específicos à sua atividade, um leitor ou destinatário, concebido como um sujeito transindividual cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico no qual se insere, e por fim um significado aceito socialmente como válido, resultante do trabalho de investimento de sentido (MAUAD, 1996, p. 8).

Os estudos de Mauad (1996) e Kossoy (2007) apontam para a compreensão do registro fotográfico como captação de um momento que se perpetua na história, resultando no desenvolvimento de percepções que são transmitidas entre gerações e que acabam se “consolidando” como verdades imutáveis. No entanto, essa é apenas uma das conjunturas possíveis, uma vez que a análise do recurso fotográfico envolve um sistema de interesses que mobiliza a preservação, interpretação ou reinterpretção dos acontecimentos. Existem pretensões implícitas nas ações humanas. Com base nisso, a manipulação dos elementos torna-se um caminho provável, mediante a aspiração da conservação ou não das mensagens visuais, caso os novos direcionamentos ameacem interesses individuais ou de grupos específicos.

Conforme Mauad (1996) a fotografia, em diversos momentos, foi utilizada como principal fonte histórica para retratar acontecimentos. Podemos compreender, com isso,

a relevância de investigar a imagem fotográfica para além dos limites com que foi pensado um documento histórico pelo Positivismo. Acerca dessa perspectiva, Kossoy (2007, p. 27) disserta: “o caráter episódico dos modelos clássicos das histórias da fotografia chamava a atenção: histórias marcadas pela tradição positivista e desprovidas de qualquer preocupação conceitual”.

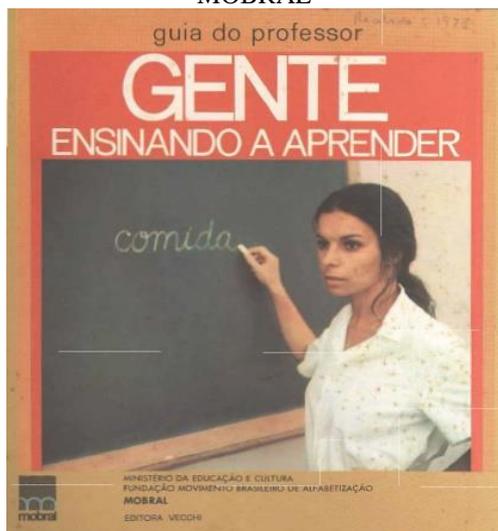
Com isso, pensar a fotografia como fonte que versa sobre a possibilidade de conhecer os rastros da história, aqui, a história da educação, significa superar uma perspectiva inflexível para dar lugar a um exercício dinâmico, mediado pelos questionamentos que surgem do contato com as representações visuais, considerando o tempo-lugar em que estamos inseridos (KOSSOY, 2007). Desse modo, compreendemos que o historiador/pesquisador se debruça sobre esta fonte, munido de incertezas e indagações, e encontra nesse caminho o retrato de uma construção que se pauta em escolhas, o que caracteriza uma relação marcada pela subjetividade, de quem torna fixo um momento e daquele que se propõe a desmontar as peças do “quebra cabeça”.

Com isso, percebemos que a fotografia necessita de um olhar que considere o seu viés histórico, no sentido de enxergar as possibilidades que lhes são próprias. É preciso considerar a relação que existe entre a gênese da sua construção e o exercício interpretativo de quem identifica e escolhe aquilo que pretende “desvendar”, estabelecendo uma provável formulação de um conhecimento sobre o passado, que não é possível de ser revivido, mas que pode ser “revisitado” por meio do acesso a documentos e mobilizados pelo desejo de entender o que estes deixaram subentendidos.

As fotografias revelam diversos detalhes sobre a alfabetização de adolescentes e adultos no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, relevantes para a compreensão da história da educação nos anos 1960, 1970 e 1980 por exibirem situações relacionadas ao projeto educacional da fundação MOBREAL.

Começamos pela visualização de algumas capas de materiais didáticos. No livro Guia do Professor, apresenta-se a figura de uma profissional em frente a um quadro negro escrevendo com giz (Figura 1); e, no livro de leitura, material do alfabetizando, vê-se um mobralense, em sua fase adulta, folheando um recurso de suporte textual, uma revista ou jornal (Figura 2). Ambas as fotografias possuem representações reveladoras do MOBREAL: um transmissor de conhecimentos e, outro, aprendiz.

Figura 1: Capa de Guia do Professor do MOBRAL



Fonte: Portal Fóruns de EJA

Figura 2: Capa de livro de leitura do estudante do MOBRAL



Fonte: Portal Fóruns de EJA

Os dois livros (Figuras 1 e 2) foram produzidos pela editora Vecchi, fundada no início do século passado, com sede no Rio de Janeiro, tem programação visual da AG – Comunicação Visual Arquitetura LTDA, e encontram-se digitalizados no Portal Fóruns da EJA. O primeiro (Figura 1), possui 34 páginas e está voltado para o professor do Programa de Alfabetização Funcional do MOBRAL. Nele, encontramos propostas de como trabalhar as lições do livro usado pelo aluno. Ao professor alfabetizador, na introdução, é dado um “recado”:

Você já sabe que a alfabetização funcional significa: “Alfabetizar, dando ao aluno condições de viver melhor conforme o que a vida está exigindo dele”. Alfabetizado, o adulto vai ter mais condições de se expressar e de assumir seu papel na sociedade em que vive: vai viver mais plenamente a sua condição de *Gente*. (MOBRAL, [197-], p. 3)

O livro de leitura (Figura 2) possui 67 páginas e nele se encontram 37 pequenas lições, todas iniciadas com uma imagem fotográfica grande sob a qual há uma palavra e, na página seguinte, suas classes silábicas. Importa destacar que essas imagens abordam situações do cotidiano, como o trabalho, mas também orientam os educandos sobre hábitos de higiene, de cuidados com a saúde e, no final do livro, considerando que o mobralense já consegue ler, há pequenos textos e imagens orientando-os sobre a busca de emprego.

De acordo com Jannuzzi (1979), o material didático era usado em todo território brasileiro. As palavras geradoras eram escolhidas a partir das necessidades básicas do homem, como por exemplo: “amor, trabalho, liberdade, fé, alimentação, lazer, recreação, saúde, habitação, segurança e auto-realização” (JANNUZZI, 1979, p. 63). Exemplos

disso são nas imagens de trabalhadores de várias profissões seguidas de palavras como “tijolo”, “telha”, “enxada”. As Fotografias⁴ 1 e 2 servem de amostras.

Fotografia 1: Trabalhador da construção civil.



Fonte: Livro de leitura ([197-], p. 18).

Fotografia 2: Trabalhador rural.



Fonte: Livro de leitura ([197-], p. 34).

As imagens seguem exibindo o público desse movimento de alfabetização formado por sujeitos adultos diretamente inseridos no mundo do trabalho, seja na zona urbana ou rural. Na fotografia 1, podemos perceber um homem, com vestimentas simples, trabalhando em uma construção de alvenaria, sob um andaime, e tendo à mão uma ferramenta de trabalho, provavelmente uma alavanca de ferro, muito utilizada para a perfurar o solo. Assim, a representação do trabalho se pauta em práticas manuais em que aquele homem, por meio de sua mão de obra, assumia um papel fundamental no desenvolvimento do país. É importante lembrar que, nesse contexto histórico, o Brasil vivia um intenso processo de urbanização e a cidade era apresentada como espaço de oportunidade, desenvolvimento, progresso. As construções de casas populares e de conjuntos habitacionais eram comuns nos bairros mais afastados dos centros urbanos maiores geralmente onde muitos desses mobralsenses moravam.

Oliveira e Souza (2013, p. 22) salientam que as campanhas do MOBREAL buscavam “de alguma forma ‘preparar’ o trabalhador para o consumo e a vida urbana, dotando-os de ferramentas mínimas, mas necessárias para a consolidação de mercados consumidores”. Desse modo, sua proposta esteve vinculada a perspectiva de adequação ao sistema produtivo, como discorrem Costa e Magalhães (2020, p. 4): “a alfabetização

⁴ Neste artigo, para dar ênfase às fotografias como fontes históricas, resolvemos distingui-las das outras imagens que utilizamos.

funcional surgiu não para dar oportunidades igualitárias em termos de acesso à leitura e à escrita, mas para que os sujeitos fossem cumpridores de uma função social”.

Nesse sentido, termos que fazem alusão ao desenvolvimento integral dos sujeitos, à capacidade de reflexão e ao exercício crítico foram ignorados nos manuais do MOBRAL. Nos materiais de alfabetização, há a predominância de imagens que retratam o desenvolvimento de habilidades manuais, bem como características de um ensino limitado ao processo de codificação de um sistema escrito. Não interessava, naquele cenário histórico, a formação de um sujeito conhecedor dos seus direitos e questionador das normas impostas. Desse modo, podemos deduzir que o MOBRAL, diante de uma visão utilitária, também se ancorou em uma preparação mínima para o trabalho, daí o porquê da criação do Programa de Profissionalização do MOBRAL, em 1974. Desse modo, “é possível depreender que sua meta era formar força de trabalho manual, prática, de acordo com o mundo produtivo dominante[...]” (COSTA; MAGALHÃES, 2020, p. 4).

As cartilhas do Programa de Alfabetização Funcional costumavam trazer a representação de algumas atividades, especificando exemplos de como os anúncios de jornais eram publicados. Dentre as referências utilizadas na cartilha ganhavam destaque os anúncios de empregos, os quais disseminavam a contratação de profissionais como serventes, tratoristas e outros (OLIVEIRA, 2013).

A fotografia 2, de um agricultor, é acompanhada, na sua legenda, da palavra “enxada”, um dos instrumentos de trabalho mais comuns utilizados por homens e mulheres jovens e adultos agricultores, muitos dos quais educandos do MOBRAL. Na imagem, vemos um homem, aparentemente negro ou pardo (a coloração original não nos permite uma certeza), descalço e com roupas amarrotadas, estas, que nos remetem além da simplicidade, ao “conforto” para quem lida com uma prática de trabalho que exige vestimentas leves. O chapéu, que em outras situações, pode ser visualizado como um acessório, aqui, nesse cenário, é uma proteção ao sol, visto que o ambiente nos direciona à compreensão de horas seguidas e exaustivas de trabalho, ponto este, salientado por Oliveira (2011, p. 30) ao se referir à rotina de trabalho do trabalhador rural “a realidade dele era de labuta árdua e pouco remunerada, uma vez que, historicamente, a remuneração dos trabalhadores do campo foi sempre inferior aos ordenados pagos nas cidades”.

Se as condições de trabalho e de sobrevivência dos agricultores e agricultoras hoje ainda são difíceis, ainda eram mais graves na época em que esse registro fotográfico foi realizado. Inclusive, o analfabetismo era um elemento característico dessa população desassistida: em 1972, apenas 1,9% dos estabelecimentos de ensino fundamental

localizavam-se na zona rural (INEP, 1996). Esses dados eram difíceis de aceitar em um país cujo governo alardeava a marcha para o desenvolvimento. Ferraro (2012, p. 944) explica bem essa demanda:

[...] até meados do século XX a educação rural (na realidade, a educação da maioria da população brasileira, até então predominantemente rural) esteve fora do quadro de preocupações do Estado. Isto significa que o interesse pela educação rural surge, no Brasil, no momento em que o analfabetismo começa a incomodar a cidade, para onde o desenvolvimento industrial e a expansão do comércio e dos serviços em geral passam a carrear levas crescentes de migrantes rurais, em grande parte analfabetas. Quase a dizer-se que o interesse pela educação rural é produto dos movimentos de industrialização e urbanização do país; ou então, que passa a ser importante alfabetizar e escolarizar o campo, porque a cidade o exige!

Entretanto, um outro aspecto não demonstrado na imagem, mas que era (e ainda é) muito presente na zona rural, era o uso do trabalho infantil, cujos motivos de sua existência à época ainda são os mesmos de hoje:

A hipótese indica que apesar do trabalho infantil na agricultura familiar ser um fenômeno multidimensional, a situação de pobreza, presente em grande parcela da população rural, que impulsiona crianças e adolescentes ao auxílio ao complemento da renda familiar, é o principal fator determinante na perpetuação do trabalho infantil na agricultura familiar, do qual decorrem os demais fatores que influenciam meninos e meninas no ingresso ao trabalho infantil na agricultura familiar (CUSTÓDIO; CABRAL, 2019, p. 5).

As fotografias 3 e 4, a seguir, apresentam, respectivamente, trabalhadores caminhando fardados em direção a uma usina e dois homens conversando entre muros de suas residências.

Fotografia 3: Trabalhadores da indústria



Fonte: Livro de leitura ([197-], p. 30).

Fotografia 4: Diálogo entre vizinhos.



Fonte: Livro de leitura ([197-], p. 28).

A princípio, esses registros nos livros didáticos do MOBREAL não nos dizem nada além do que visa apresentar: cenas do cotidiano de pessoas comuns. No entanto, se tentarmos ir além das imagens, interpretando-as, veremos que estas também tinham uma intencionalidade que não era apenas alfabetizar.

As palavras geradoras que acompanham as imagens, “vizinho” (Fotografia 3) e “ordem” (Fotografia 4), mantêm uma relação de proximidade para a formação de sujeitos que pensassem a partir dos ideais da Ditadura Civil-Militar. Para o desenvolvimento do país, era necessário estabelecer a ordem e, para que esta ocorresse, necessitava-se da participação da população nos projetos de trabalho e da boa convivência em sociedade. Assim, enfatizavam-se “as questões referentes à comunidade, à Nação e a consolidação de hábitos e atitudes baseados na moral cristã, atribuindo valor positivo à pátria, à família e a religião” (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p. 22).

O Brasil estava em processo de desenvolvimento (as indústrias atestavam isso) e os operários caminhavam, disciplinados, para o trabalho. A presença da bandeira nacional não é por acaso: esse símbolo reforçava o sentimento de patriotismo, de ordem e de progresso, como nela está escrito. Nesse sentido, na página seguinte à fotografia 5, está escrito: “O povo vive em ordem. O povo ajuda o país. Todos devem ajudar”. Portanto, ficava óbvio o uso daquela imagem.

O cuidado da ditadura com o controle social era tanto que, além de fortalecer a censura nos meios de comunicação, nas artes, nos materiais didáticos, o governo federal interferiu no currículo escolar mediante a criação da disciplina Educação Moral e Cívica. O nacionalismo, a obediência às leis, o civismo, o cumprimento dos deveres e o culto aos heróis nacionais estavam presentes desde as capas dos manuais dessa disciplina (COSTA; SOUZA; SILVA, 2021).

Face ao exposto, o trabalho é uma das mensagens principais abordadas nas imagens contidas nos materiais didáticos do MOBREAL. Há uma tentativa de naturalizar o esforço e a exploração de mão de obra, considerando-os como mobilizadores de avanços que resultariam em melhores condições de vida para todos. Sendo assim, “O regime utilizava a educação para atingir seus objetivos e interesses, instruindo a partir da ideia de que ‘todos’ poderiam gozar das ‘benesses’ que o ‘desenvolvimento’ poderia proporcionar” (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p. 24).

O progresso seria efetivado seguindo uma lógica de mérito de quem o alcançava, uma vez que, nessa configuração eram desconsiderados fatores externos como possíveis

indicadores de interferências nos resultados. Sendo assim, a ausência de êxito, era tida/vista como ineficiência, decorrente da falta de dedicação dos próprios sujeitos.

Os meios de comunicação tiveram um papel fundamental diante daquele cenário, visto que, com as mudanças fomentadas, fazia-se necessário garantir que o conhecimento, selecionado pela censura, chegasse às camadas populares. Nas imagens aqui expostas, identificamos representações dessas mídias, que inclusive, foram utilizados pelo MOBREAL para viabilizar o acesso da população às ações desenvolvidas e aos seus efeitos na sociedade, ao anunciarem um retrato miraculoso de um país que caminhava rumo ao progresso.

4 Considerações finais

Neste artigo, procuramos compreender a ações do MOBREAL, tendo, como fontes, fotografias utilizadas nos seus manuais, sobretudo no Livro de leitura do mobrealense. Esse Movimento, sediado no Rio de Janeiro, foi uma política educacional organizada em fins da década de 1960, mas posta em prática, efetivamente, na década de 1970 e em parte dos 80.

Por meio do MOBREAL, os governos militares buscaram promover uma reorganização da educação de jovens e adultos, de modo que reduzisse o altíssimo número de pessoas analfabetas, sobretudo, nas áreas rurais, onde quase não existiam escolas. O fim do analfabetismo atestaria o progresso e o desenvolvimento nacional, ademais, como afirmam Moraes, Santos e Chaves (2022, p. 62), a garantia de alfabetização de todos os adultos era também uma “oportunidade de garantir o direito ao voto, já que não era concedido aos analfabetos o direito de votar”.

O uso de fotografias como fonte de pesquisas, transcende a possibilidade de mera ilustração e realça o seu caráter de documento histórico. Por serem polissêmicos, esses registros vão além da realidade que salta de imediato aos olhos de quem os vê. Eles possibilitam investigar e descobrir novas informações na medida em que se tenta sistematizar e interpretar seus conteúdos.

Referências

ARAÚJO, R. W. A. de; STAMATTO, M. I. S. Política de alfabetização de jovens e adultos: o caso do MOBREAL no município de Riachuelo – RN. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 7, n. 11, p. 1-15, jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v7i11.469>

BACKHEUSER, M. P. *et al.* Programa de Educação Comunitária para a Saúde. In: CORRÊA, A. L. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979. p. 309-332.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15379.htm. Acesso em: 14 set. 2022.

CIAVATTA, M. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 33-46, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CORRÊA, A. L. Mobral e desenvolvimento. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, v. 65, n. 678, p. 103-114, jul./ago. 1978. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/7938>. Acesso em: 14 set. 2022.

COSTA, M. C. F.; MAGALHÃES, L. D. R. Memória, linguagem e reprodução da memória social na cartilha de alfabetização do governo militar (1964- 1985): MOBRAL/PAF – Brasil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 11, p. 1-15, nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9764>.

COSTA, F. G. V.; SOUZA, F. das C. S.; SILVA, F. V. da. A disciplina educação moral cívica na ditadura militar no Brasil: uma análise de capas de manuais didáticos. **Anuario de Historia de la Educación**, Buenos Aires, Argentina, v. 22, n. 2, p. 46-61, mês (se houver). 2021. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/histed/v22n2/2313-9277-histed-22-02-41.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

CUSTÓDIO, A. V.; CABRAL, M. E. L. Trabalho infantil na agricultura familiar: uma violação de direitos humanos perpetuada no meio rural. **Revista Jurídica em Pauta**, Bagé-RS, v. 1, n. 2, p. 3-15, set. 2019. Disponível em: <http://revista.urcamp.tche.br/index.php/revistajuridicaurcamp/article/view/3121>. Acesso em: 14 set. 2022.

FÁVERO, O. Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966). In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2004, Évora/Portugal. **Anais...**: Universidade de Évora, 2004. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

FERRARO, A. R. Alfabetização rural no Brasil na perspectiva das relações campo-cidade e de gênero. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 943-967, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/6fy4Bw8wVKnnXvJbgy5cvrj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

FÓRUNS EJA BRASIL. [s.l.]: [s.d]. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/3003>. Acesso em: 15 set. 2022.

INEP. **Estatísticas da educação básica no Brasil**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_da_educacao_basica_no_brasil.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

JANNUZZI, G. S. de M. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e Mobral. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

KOFF, A. M. N. S. *et al.* Programa de Autodidatismo. In: CORRÊA, A. L. (Org.). **Educação de Massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral. 1979. p. 355-368.

KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial. 2007.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e História interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98. 1996. Disponível em: https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

MOBRAL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Grupo de Trabalho do Projeto Especial do Pré-Escolar**. Proposta para um atendimento educacional às crianças de 4 a 6 anos, provenientes de população de baixa renda. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/1-proposta-para-atendimento-educacional-1980.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOBRAL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Soletre Mobral e leia Brasil**. Rio de Janeiro: Mobral, 1975. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002466.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

MOBRAL. **Proposta de Diretrizes de Ação Integrada MEC-SEPS-MOBRAL junto as SEC/SEMEC para atendimento à população de 9 a 14 anos fora da escola**. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/proposta-de-diretrizes-de-acao-integrada-1984.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

MOBRAL. **Guia do professor**. Gente ensinando a aprender. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, [197-]. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/1-ensinando-a-aprender.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOBRAL. **Livro de leitura**. Gente lendo e aprendendo. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, [197-]. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/2-lendo-e-aprendendo.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

MORAES, A. C.; SANTOS, R. R.; CHAVES, P. J. da S. Contexto e desdobramentos da implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no Ceará: Percepções de sujeitos envolvidos. **Inter-Ação**, Goiânia.v. 47, n. 1, p. 59-72, abr. 2022. <https://doi.org/10.5216/ia.v47i1.67460>

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

OLIVEIRA, L. B. de; SOUZA, S. T. de. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa - Revista Eletrônica**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 12-37, mar. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/45617>. Acesso em: 12 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. B. **Educação no campo**: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985). 2011. 150 p. Dissertação (Mestrado Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2011.

RAMOS, O. C. A.; FONSECA, M. S. V. da. Por um sistema de educação permanente. In: CORRÊA, A. L. (org.). **Educação de Massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979. p. 59-84.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Revista Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 60, p. 144-158, dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pH848XC5hFCqph7dGWXrCz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2022.

RIOS, E. C.; PIATTI, C. B. Fotografia das escolas ribeirinhas: a possibilidade de reconhecer e analisar espaços e tempos pedagógicos. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 8, n. 17, p. 278-292, ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.302>

SANTOS, L. R. dos. Mobral: A representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. **Revista crítica histórica**, Maceió, v. 5, n. 10, p. 304-317, dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2961/pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SCOCUGLIA, A. C. **Educação de Jovens e Adultos**: histórias e memórias da década de 60. Brasília: Plano Editora, 2003.

XAVIER, M. L. *et al.* O uso da fotografia como fonte de pesquisa sobre estudos históricos em enfermagem. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 5, mai. 2021. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14546>.

Recebido em: 19 de setembro de 2022.

Aceito em: 07 de novembro de 2022.